

## POR QUE PENSAR O LÚDICO NA UNIVERSIDADE?

Ana Carolina Brandão Verissimo<sup>1</sup>

Andréia Mendes dos Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

Nos últimos anos as discussões no campo científico sobre aprendizagens significativas têm se expandido de forma intensa. A preocupação com uma Educação que tenha significado e sentido para os alunos se torna pauta frequente em debates e foco de pesquisas. A pretensão desta discussão é pensarmos qual a relevância de espaços e tempos dentro da Universidade que promovam uma aprendizagem lúdica. Neste sentido, é importante sinalizar que compreendermos o lúdico, no seu sentido sociológico, psicológico, pedagógico, epistemológico e também como premissa para o comportamento humano. A Universidade, enquanto espaço de ensino-aprendizagem, formação e convivência, precisa observar as necessidades dos sujeitos que estão presente neste meio. É preciso considerar que os discentes e docentes são sujeitos em sua totalidade. Assim, valorização do lúdico como premissa para corroborar uma educação de qualidade é evidente nos referenciais estudados, porém o que se observa é que ainda seguimos da Educação Básica até o Ensino Superior, reproduzindo uma carência de análise crítica, reflexão e principalmente: prazer. A partir desta lógica, criamos falsas ideias de aprender é antônimo de lazer, por exemplo, pois desta forma parece não haver legitimidade no aprendizado, o que é uma falácia, pois sabemos que a aprendizagem só terá eficácia na medida em que fizer sentido aos envolvidos, fazendo relações com seus conhecimentos prévios. Os valores das propostas pedagógicas lúdicas são premissa para uma educação mais humana – compreendida na relação de trocas/convivências com os outros, da aproximação das pessoas sem juízo de valores além de um crescimento intrapessoal. Para além disso, é preciso perceber que no espaço convencional de formação espaços e tempos da aprendizagem lúdica se fazem presentes. Ao analisarmos que é na Universidade o espaço que frequentam os futuros formadores, alunos do curso de Pedagogia, precisamos refletir e elaborar novas formas de Educação Superior.

**Palavras-chave:** Ludicidade. Formação. Aprendizagem humanizada. Aprendizagem lúdica.

---

<sup>1</sup> Formada em pedagogia. Mestranda em Educação junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Professora Doutora da Escola de Humanidades e do Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Vivemos em uma sociedade de consumo em que o “ter” se torna mais importante que o “ser”, estamos na era da inovação, na qual a tecnologia está em primeiro lugar e em segundo está a competitividade e a ganância por melhores colocações no mercado de trabalho, de modo geral, a qualificação e atualização são premissas para o reconhecimento de “bom empregado”. A sociedade está se desenvolvendo em um ritmo acelerado, em que a velocidade dos progressos está presente no nosso cotidiano, não há mais tempo para pararmos e refletir sobre nossa formação, buscamos cada vez mais títulos e qualificações em uma lógica de mercado.

O prazer e o significado nas aprendizagens estão cada vez mais perdendo espaço para, o que hoje está sendo valorizado nos espaços de formativos: o conteúdo e produtividade. Cabe ressaltar que entendemos a relevância destes dois elementos, entretanto acreditamos que uma formação integral deva se preocupar com mais elementos formadores do que exclusivamente ao ensino e a produção. Partilhando das ideias de Moita (1995), que compreende: *“O processo de formação pode assim considerar-se a dinâmica em que se vai construindo a identidade de uma pessoa. Processo em que cada pessoa permanecendo ela própria reconhecendo-se a mesma ao longo da sua história, se forma, se transforma, em interação”*. (1995, p. 115).

Moita apresenta uma relação entre a identidade pessoal e profissional dos sujeitos, assim, também compreendemos que é na identidade, na historicidade e na interação que nos constituímos enquanto sujeitos. Ao pensarmos na identidade profissional, diretamente pensamos na formação dos sujeitos e para conhecê-los, precisamos entender de onde eles vem e o por que de estarem em busca de um tipo tão específico (formação profissional de nível superior). A partir da demanda que o mercado impõe e devido a uma série de transformações que ocorreram em nossa sociedade, precisamos perceber, afinal: quem é o estudante de ensino superior? Anteriormente se tinha uma ideia de que como era defendido por Snyders (1995) o “clássico” estudante como:

[...] ele começou seus estudos superiores ao sair do curso secundário [atual ensino médio], ainda não tem encargo de família. Irei supor que dispõe, para o estudo, de todo o seu tempo – ou pelo menos do essencial de seu tempo. O dinheiro lhe vem de família, de bolsas de abonos. Sua tarefa consiste em se formar, e não ainda em ganhar a própria subsistência. (1995, p. 23).

Entretanto, em estudos recentes, pode-se perceber que quase não há um perfil de estudante que por vezes trabalha, mas sim de trabalhadores estudantes. Alguns fatores são fundamentais para entender esta transição que ocorreu nos últimos anos no campo da Educação Superior. No que diz respeito ao acesso a essa modalidade de ensino, devido as políticas públicas de expansão e democratização do Ensino Superior, há diversos programas de acesso e permanência que fizeram o papel do estudante mudar.

O local que antes era vivenciado por um grupo privilegiado de estudantes, conforme afirma Silva:

As desigualdades sociais e educacionais sempre estiveram imbricadas no contexto da história do país. No que tange ao Ensino Superior, a oferta do sistema educacional nunca esteve acessível às amplas camadas da população nem ao atendimento de suas demandas, contrariando os anseios de democratização desse segmento educacional (SILVA, 2014, p. 62).

Hoje devido a estes incentivos do governo, de políticas reparadoras estão sendo formas de garantir maior número de estudantes ingressarem no ensino superior. Sabe-se que estes alunos, muitas vezes são a primeira geração da sua família a ter acesso a universidade. Alguns exemplos dessas políticas são: as cotas sociais (que garantem o acesso a estudantes vindos de escolas públicas); o Programa Universidade para Todos (PROUNI) – previsto pela Lei n.11.096/2005, que tem como objetivo, conceder bolsas de estudos integrais e parciais para alunos vindos de escolas públicas e com uma renda familiar de até três salários mínimos, cotas raciais garantido o acesso das diversas etnias, etc.

Segundo alguns estudos que vem sendo realizados no campo, cada vez mais os jovens estão tendo acesso à universidade. De acordo com o Estatuto da Juventude são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Sabendo que, de acordo com o Artigo 8º do Estatuto da Juventude, afirma que *“o jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição”*.

A partir de estudos realizados pelo Observatório das Juventudes da PUCRS, percebeu-se que o perfil dos matriculados nesta universidade são, em sua maioria, jovens trabalhadores. Que

enfrentam uma rotina diária laboral intensa e procuram muitas vezes o curso noturno como possibilidade para investir e aprimorar na sua carreira profissional.

Porém, segundo Andrade (2012) apud Silva (2014), mesmo com os incentivos de ingresso:

[...] a parcela da população que ainda não tem acesso ao ensino superior é de 80% dos jovens com idade de 18 a 24 anos [...] apenas 19% tiveram acesso ao ensino superior, segundo os dados da PNAD 2009. Em números absolutos, são 7,5 milhões de jovens que concluíram o ensino médio como o mais alto grau de escolaridade e outros 4,4 milhões que ingressaram no ensino superior (p. 65).

Estes dados nos indicam que ainda há que repensar uma nova forma da Educação Superior, pois, em primeiro lugar apenas uma pequena parcela desses jovens estão efetivamente entrando na universidade e em segundo lugar, mesmo tendo acesso as políticas não contemplam, muitas vezes a permanência desse estudante. Vale ressaltar que por este jovem se caracterizar como trabalhador, é ele que garante o sustento familiar.

Se por um lado cada vez mais jovens estão entrando no ensino superior, temos em contraponto devido a democratização do acesso, o que Speller (2010) apud Silva apresenta: *“a necessidade de repensar as metodologias educacionais à luz do fato que boa parte dos nossos estudantes da educação superior brasileira está alterando rapidamente seu perfil de faixa etária, origem socioeconômica e suas expectativas”* (2014, p. 68). Segundo Silva (2014), 40% dos estudantes que estão ingressando na universidade têm mais de 25 anos.

Desta forma, além de garantir a acessibilidade e a permanência, a universidade deve se modificar para atender as demandas destes novos alunos. Não temos a pretensão de desqualificar esta modalidade de ensino, mas que ela saiba respeitar a diversidade presente em suas salas de aulas. Sendo a universidade também um espaço de responsabilidade social e com viés formativo.

Outra questão que vale ser repensada, é a grande expansão das faculdades na modalidade de Ensino à distância (EAD), que apesar de ter diversos benefícios, como a praticidade, o uso de outras mídias como fonte de aprendizado, de certa forma afastada cada vez mais as pessoas, pois há poucos momentos e espaços para promover as relações interpessoais, além de muitas vezes nem ter a possibilidade de vivenciar este tipo de prática pedagógica, por se caracterizar

exclusivamente a um modelo virtual. Dessa forma deixando uma lacuna muito grande entre o tipo de aprendizagem que pretende ser discutida neste trabalho: a ludicidade e o ensino superior.

Ao falarmos do conceito lúdico, inevitavelmente, muitas pessoas irão associar este conceito a infância. Por que? Se tentarmos rememorar a nossa infância, iremos lembrar que em diversos momentos, durante nossa formação nos foram propiciados momentos e espaços em que o lúdico esteve presente, sejam em atividades pedagógicas ou em momentos livres. Esta lógica, permanece presente até os dias de hoje, durante a Educação Básica, que além de estar prevista em lei, segundo consta nas Leis de Diretrizes e Bases (1996) e nos Parâmetros Curriculares Nacional, há diversos estudos, sobre a importância do lúdico na vida do aluno, enquanto este ainda está em fase inicial de formação.

Entretanto, quando chega à universidade, já não discutimos mais sobre este aluno (que segue em formação), se ele necessita ou não de espaços e tempos lúdicos dentro do seu ambiente de estudos. Ao pensarmos a discussão da ludicidade no meio acadêmico, não temos a pretensão de que haja uma infantilização dos estudantes universitários, tão pouco reduzimos o conceito de lúdico ao brincar, apesar de sabermos que há uma forte relação entre estes dois conceitos. Mas sim, segundo Negrine (2001), que compreende o conceito de lúdico a partir de quatro eixos: sociológico, psicológico, pedagógico e epistemológico.

Dentro das concepções sociológicas, pois envolve questões sociais e culturais; psicológicas, por estar relacionada ao desenvolvimento e aprendizagem do ser humano, e também como premissa para o comportamento humano; pedagógico por relacionar as práticas pedagógicas com a fundamentação teórica e epistemológica *“porque tem fontes de conhecimento científico que sustentam o jogo como fator de desenvolvimento”*. (p. 42, 2001).

Mas, afinal o que é uma aula lúdica? Como seria sua aplicação no espaço universitário? Mais do que jogos, a aula lúdica está associada ao lazer e aqui entendemos também que ao prazer (enquanto aprendizagem significativa). Para isso, segundo Fortuna (2001):

Nesta aula convive-se com a aleatoriedade, com o imponderável; o professor renuncia à centralização, à onisciência e ao controle onipotente e reconhece a importância de que o aluno tenha uma postura ativa nas situações de ensino, sendo sujeito de sua aprendizagem; a espontaneidade e a criatividade são constantemente estimuladas (2001, p. 116).

Assemelhando-se ao conceito defendido por Becker (1994) de “Pedagogia Relacional”, que entende que o conhecimento deva ter um significado para o aluno, e nas relações de ensino e aprendizagem que o conhecimento efetivamente ocorre, sendo aluno e professor peças fundamentais.

Pensar em uma prática pedagógica lúdica não isenta a aula de uma intencionalidade, não há neutralidade na ação pedagógica, entretanto ela se propõe de forma criativa, aberta ao novo, ao inesperado. Segundo Fortuna (2001): *“Uma aula lúdica é uma aula que se assemelha ao brincar – atividade livre, criativa, imprevisível, capaz de absorver a pessoa que brinca, não centrada na produtividade”* (2001, p. 117).

A partir desta percepção é possível perceber que as experiências lúdicas não se restringem as primeiras etapas do desenvolvimento humano, mas se faz necessário em todos os momentos. Ao pensarmos em estudantes dos cursos de licenciatura, sem dúvidas, eles terão diversos argumentos sobre a importância destes momentos na formação de seus alunos, entretanto ao questioná-los: em quais momentos durante a sua formação (profissional) vivenciaram este tipo de aprendizagem? Acredito que seja necessário um tempo para elencar se já tiveram alguma experiência deste tipo. Assim, cabe pensarmos: por que este tipo de aprendizagem não é vista como legítima dentro do ambiente acadêmico?

Sabe-se que este espaço exige uma formalidade em suas aprendizagens, mas também compreendemos que para que o conhecimento seja assimilado de forma enriquecedora, é preciso que ela tenha sentido na vida do aluno. Hoje não se aceita mais o estereótipo de alunos que sejam apenas bons memorizadores e copiadores, buscam-se profissionais diferenciados, que consigam fazer relações entre os conhecimentos adquiridos e os conhecimentos prévios. Para que a aprendizagem tenha sentido para o aluno, partilhamos de um pressuposto fundamental, que segundo Assmann:

Precisamos reintroduzir na escola o princípio de que toda morfogênese do conhecimento tem algo a ver com a experiência do prazer. Quando esta dimensão está ausente, a aprendizagem vira um processo meramente instrumental. Informar e instruir acerca de saberes já acumulados pela humanidade é um aspecto importante da escola, que deve ser, neste aspecto, uma central de serviços qualificados. Mas a experiência de aprendizagem implica, além da instrução informativa, a reinvenção e construção personalizada do

conhecimento. E nisso o prazer representa uma dimensão-chave. Reencantar a educação significa colocar a ênfase numa visão da ação educativa como ensejamento e produção de experiências de aprendizagem (2012, p. 29).

Sabe-se que muitas universidades possuem alguns espaços lúdicos, como por exemplo, as brinquedotecas. Mas nossas inquietações perpassam não só pelos tensionamentos de haver ou não, mas sim como estes espaços são aproveitados? Em que tempo? Assmann apresenta o conceito de “tempo pedagógico” que ultrapassa o tempo que estamos habituados a utilizar, o cronológico. O tempo pedagógico se caracteriza por ser aquele dedicado a vivência do prazer do conhecimento. Entendendo que o tempo de assimilação do conteúdo, do erro, da apropriação, etc, estão implícitos neste tempo pedagógico. A universidade como espaço de formação, tem não só que proporcionar, mas também criar mecanismos, para que estes tempos sejam vivenciados enquanto seus alunos estão presentes nos seus espaços.

Além disso, este também é um espaço de socialização, de troca. Ao pensarmos nestes sujeitos que estão envolvidos no processo de ensinar-aprender, sabemos da complexidade que os caracteriza, pois são carregados de significações, possuem trajetórias de vidas e identidade muito distintas. Nesta relação de troca, sabe-se da difícil missão que é lidar com pessoas. Em primeiro lugar porque se torna um grande desafio, em um curto espaço de tempo, com tantas atribuições, lidar com as diferenças, sabendo respeitar os limites e as potencialidades de cada aluno, independente de sua classe, gênero, etnia, deficiência. Compreendendo toda a diversidade presente em suas aulas.

É preciso entender que, segundo Assmann: *“Uma sociedade onde caibam todos só será possível num mundo no qual caibam muitos mundos”* (2012, p. 29). Está aí, talvez uma das grandes complexidades da convivência humana, o quanto queremos e aceitamos que os diferentes mundos estejam presentes no nosso cotidiano. Refletir sobre a convivência humana, e entender que como afirma Savater (2012), apesar de nascermos humanos só iremos nos tornar seres humanos a partir das interações com os outros.

E ainda que, em meio a toda esta lógica competitiva, desigual, excludente e egoísta que se instaurou em nossa sociedade, concordo com Assmann (2012) quando ele nos afirma que:

A humanidade chegou numa encruzilhada ético-política, e ao que tudo indica não encontrará saídas para a sua própria sobrevivência, como espécie ameaçada por si mesma, enquanto não construir consensos sobre incentivar conjuntamente nosso potencial de iniciativas e nossas frágeis predisposições à solidariedade (ASSMANN, 2012, p. 28).

Perceber que é nas relações humanas, na troca, e na busca pelo prazer que podemos de alguma forma encontrar saídas para uma Educação de qualidade, sabendo que *“a educação se confronta com esse apaixonante tarefa: formar seres humanos para os quais a criatividade e a ternura sejam necessidades vivenciadas e elementos definidores dos sonhos de felicidade individual e social”*. (ASSMANN, 2012, p. 29). Nesta difícil e apaixonante missão de formar os futuros professores que a universidade tem o seu papel fundamental.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, H. **Reencantar a Educação**: Rumo à sociedade aprendente. 12. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

BECKER, F. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, a. 19, n. 1, p. 89-96, jan./jun. 1994.

BRASIL. **Estatuto da Juventude. Lei Nº 12.852, de 5 de agosto De 2013. Disponível em:** <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. **Acesso em: 20 jun. 2016.**

FORTUNA, T. Formando professores na universidade para brincar. IN: SANTOS, S. (Org). **A ludicidade como Ciência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LACERDA, Miriam P. C. de.; GODINHO, Josiane M. Os desafios da universidade diante da pluralidade juvenil. In: RIBEIRO, José et al. (Org). **Juventudes na Universidade: olhares e perspectivas**. Porto Alegre: Redes Editora, 2014.

MOITA, M. Percursos de formação e de trans-formação. In: NÓVOA, A. (Org). **Vida de professores**. 2. Ed. Porto: Porto Editora, 1995.

NEGRINI, A. Ludicidade como ciência. In: SANTOS, S. (Org). **A ludicidade como Ciência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

# SIE

XV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:  
PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

[www.feevale.br/seminarioeducacao](http://www.feevale.br/seminarioeducacao)

SAVATER, F. **O valor de Educar**. 2. Ed. São Paulo: Ed. Planeta, 2012.

SILVA, Santuza Amorin da. Os novos estudantes de Licenciatura no contexto da expansão do Ensino Superior. **Revista Educação em Foco**, v. 17, n. 23, jul. 2014, p. 59-84.

SNYDERS, G. **Feliz na Universidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.